

CONGRESSO NACIONAL

00025

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Proposição Medida Provisória nº 606, de 2013				
Autor				nº do prontuário
			5	. Substitutivo global
Arugo				alinea
	ILX10/30311	FICAÇAO		
Acrescente-se §§§ 4°, 5° e 6°, ao art. 8° da Lei nº 11.494, de 26 de outubro de 2011, alterado pelo art. 4° da Medida Provisória nº 606, de 2013, renumerando-se o atual § 4° como 5° e os demais §§ sucessivamente: "Art. 4°				
•••••				
				9.

§ 4º. Os recursos de que trata o caput poderão ser transferidos para as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público, independentemente da situação cadastral no Censo Escolar da Educação Básica, desde que atendam a padrões de qualidade definidos pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino; § 5º Para fins do disposto no § 4º as instituições conveniadas com o poder público que tenham atuação exclusiva na modalidade de educação especial, poderão solicitar os recursos de que trata o caput independentemente da situação cadastral no Censo Escolar da Educação Básica, desde que atendam a padrões de qualidade definidos pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino;				
§ 6º. Para fins desta Lei, considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. (NR)				
HISTIEICACÃO				
OUDTH IDAYAO				
A preocupação crescente com a qualidade nos serviços de atendimento às crianças, nas pré-escolas, é justificada pela grande responsabilidade que é cuidar de crianças que se separam cada vez mais cedo de suas mães. O crescente ingresso da mulher no mercado de trabalho e sua consequente necessidade de compartilhar a educação dos filhos faz com que sejam criadas alternativas para que as escolas de educação infantil possuam um padrão de qualidade que assegure um bom desenvolvimento infantil. Por outro lado, a integração dos portadores de necessidades educativas especiais no sistema de ensino regular é uma diretriz constitucional (art. 208, III), fazendo parte da política governamental há pelo menos uma década. Mas, apesar desse relativamente longo período, tal diretriz ainda não produziu a mudança necessária na realidade escolar. Nesse sentido, essa emenda visa assegurar também a continuidade do apoio financeiro às instituições privadas sem fins lucrativos com atuação exclusiva em educação especial, que realizem atendimento de qualidade, atestado em avaliação conduzida pelo respectivo sistema de ensino.				
Deputada Garmen Zanotto				
	Deputada Cari Substitutiva Artigo 5° e 6°, ao art. 8° 606, de 2013, renun recursos de que ssionais ou filantr da situação cadas ide definidos pelo fins do disposto usiva na modalida dentemente da si rões de qualidad indentemente da si rões de qualidad erte sponsabilidade ente ingresso da m ão dos filhos faz co adrão de qualidade gração dos portad constitucional (art besar desse relativ de escolar. Nesse stituições privadas ento de qualidade, a	Autor Deputada Carmen Zanotto □ Substitutiva 3. □ Modificativa Artigo Parágrafo TEXTO / JUSTI 5° e 6°, ao art. 8° da Lei n° 11.494, de 2 606, de 2013, renumerando-se o atual § 4 recursos de que trata o caput pode sionais ou filantrópicas, sem fins lucida situação cadastral no Censo Escola de definidos pelo órgão normativo do fins do disposto no § 4° as instituição usiva na modalidade de educação espadentemente da situação cadastral no rões de qualidade definidos pelo ór fins desta Lei, considera-se público-a instornos globais do desenvolvimento JUSTIFICAÇÃO ente com a qualidade nos serviços de la responsabilidade que é cuidar de criar ente ingresso da mulher no mercado de ão dos filhos faz com que sejam criados adrão de qualidade que assegure um bor gração dos portadores de necessidades constitucional (art. 208, III), fazendo pa gração dos portadores de necessidades constitucional (art. 208, III), fazendo pa constitucional (art. 208, III), fazendo paração de secolar. Nesse sentido, essa emencistituições privadas sem fins lucrativos contro de qualidade, atestado em avaliação cento de qualidade que se cento de qualidade, atestado em avaliação cento de qualidade que se c	Autor Deputada Carmen Zanotto □ Substitutiva 3. □ Modificativa 4. (x) Aditiva Artigo Parágrafo Inciso TEXTO / JUSTIFICAÇÃO .5° e 6°, ao art. 8° da Lei n° 11.494, de 26 de outubro de 20 606, de 2013, renumerando-se o atual § 4° como 5° e os dem ercursos de que trata o caput poderão ser transferio esionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniada da situação cadastral no Censo Escolar da Educação Bá de definidos pelo órgão normativo do respectivo sistema fins do disposto no § 4° as instituições conveniadas of usiva na modalidade de educação especial, poderão sol ndentemente da situação cadastral no Censo Escolar da rões de qualidade definidos pelo órgão normativo do fins desta Lei, considera-se público-alvo da educação e responsabilidade que é cuidar de crianças que se separa ente ingresso da mulher no mercado de trabalho e sua cor año dos filhos faz com que sejam criadas alternativas para que darão de qualidade que assegure um bom desenvolvimento gração dos portadores de necessidades educativas espec constitucional (art. 208, III), fazendo parte da política gove besar descolar. Nesse sentido, essa emenda visa assegurar t stituições privadas sem fins lucrativos com atuação exclusi ento de qualidade, atestado em avaliação conduzida pelo res	Autor Deputada Carmen Zanotto Substitutiva 3.

Subsecretaria de Apolo às Comissões Mistas Recebido em 25 104 12013 às 05 45

/Matr.: 157610